

# Empresa de Energia São Manoel S.A.

CNPJ/MF nº 18.494.537/0001-10



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

### Senhores Acionistas:

Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	119.396	93.791
Concessionárias	6	52.429	47.942
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	7	16.003	15.558
Outros tributos compensáveis	7	39.629	53.974
Títulos e valores mobiliários	5	50.262	
Outros créditos	11	8.715	6.192
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>286.434</b>	<b>217.457</b>
<b>Não circulante</b>			
Outros tributos compensáveis	7		9.964
Tributos diferidos	8	330.688	308.250
Cauções e depósitos vinculados	9	120.538	116.439
		<b>451.226</b>	<b>434.653</b>
Imobilizado	12	3.008.837	3.094.742
Intangível	13	65.931	71.742
		<b>3.074.768</b>	<b>3.166.484</b>
<b>Total do Ativo Não circulante</b>		<b>3.525.994</b>	<b>3.601.137</b>
		<b>3.812.428</b>	<b>3.818.594</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2022	2021
<b>Receitas</b>	20	<b>418.165</b>	<b>375.052</b>
<b>Custo da produção e do serviço de energia elétrica</b>	21		
Custo do serviço de energia elétrica		(160.567)	(148.507)
Custo de operação		(142.447)	(153.653)
		<b>(303.014)</b>	<b>(302.160)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>115.151</b>	<b>72.892</b>
<b>Despesas e Receitas operacionais</b>	21		
Despesas gerais e administrativas		(3.851)	(8.692)
Outras despesas e receitas operacionais		(303)	1.170
		<b>(4.154)</b>	<b>(7.522)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>110.997</b>	<b>65.370</b>
<b>Resultado financeiro</b>	24		
Receitas financeiras		28.808	11.800
Despesas financeiras		(205.953)	(197.964)
		<b>(177.145)</b>	<b>(186.164)</b>
<b>Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro</b>		<b>(66.148)</b>	<b>(120.794)</b>
<b>Tributos sobre o lucro</b>	25		
Imposto de renda e contribuição social diferidos		22.438	40.983
		<b>22.438</b>	<b>40.983</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(43.710)</b>	<b>(79.811)</b>
<b>Resultado por ação atribuível aos acionistas</b>	26		
Resultado básico/ diluído por ação (reais/ações)			
ON		(0,01814)	(0,03312)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Prejuízo do exercício</b>	(43.710)	(79.811)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>(43.710)</b>	<b>(79.811)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	2022	2021
<b>Geração do valor adicionado</b>		
Receita operacional	511.368	475.075
Receita relativa à construção de ativos próprios	488.415	439.827
Outras receitas	22.953	34.978
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(223.448)</b>	<b>(221.711)</b>
Custos da energia comprada	(75.186)	(78.466)
Encargos de uso da rede elétrica	(101.566)	(89.907)
Materiais	(17.335)	(3.621)
Serviços de terceiros	(20.975)	(43.222)
Outros custos operacionais	(8.386)	(6.495)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>287.920</b>	<b>253.364</b>
<b>Retenções</b>		
Depreciações e amortizações	(114.561)	(130.253)
<b>Valor adicionado líquido produzido</b>	<b>173.359</b>	<b>123.111</b>
<b>Valor adicionado recebido em transferência</b>		
Receitas financeiras	30.221	12.377
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>203.580</b>	<b>135.488</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal		
Remuneração direta	7.345	6.782
Benefícios	1.669	1.629
FCTS	630	541
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	31.651	8.347
Estaduais	37	43
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	205.954	197.964
Aluguéis	4	(7)
	<b>247.290</b>	<b>215.299</b>
Prejuízo do exercício	(43.710)	(79.811)
	<b>203.580</b>	<b>135.488</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

- Contexto operacional**

A Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia ou São Manoel) foi constituída em 16 de julho de 2013 sob forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro - RJ. A Companhia tem como objeto social planejar, construir, operar, manter e explorar as instalações da Usina Hidrelétrica São Manoel (UHE São Manoel), no rio Teles Pires, localizada entre os estados do Mato Grosso e do Pará, e executar outras atividades correlatas ao seu objeto social.

**1.1 Concessão**

Em 26 de abril de 2014, a Companhia assinou junto ao Ministério de Minas e Energia - MME o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 02/14 que regula o direito de concessão da UHE São Manoel. O contrato de concessão possui as seguintes características:

Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	Capacidade instalada (MWm)	Energia assegurada (MWm)	Concessão
São Manoel	PA	Produtor Independente	Concessão	735,8	430,4	10/04/2014 a 09/12/2049

Em 26 de setembro de 2019, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.674/2019, homologou os parâmetros da UHE São Manoel, com alteração da Potência Instalada total de 700,0MW para 735,8MW, de tal forma que a Potência Nominal Unitária de cada turbina, anteriormente fixada em 170,0MW, passa a ser de 186,3MW. A partir da decisão da ANEEL, foi iniciado o processo de Revisão Extraordinária da Garantia Física do empreendimento que, por meio da Portaria nº 352 emitida em 06 de dezembro de 2019 pelo MME, definiu a nova garantia física da UHE São Manoel em 430,4MW ante os 424,5MW anteriores.

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Teles Pires sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. Da energia assegurada de 430,4MWm, 289,5MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos e 90 MWm foram comercializados por meio de Contratos de Comercialização no Ambiente de Contratação Livre - ACL pelo prazo de 20 anos, ambos a partir de maio de 2018. O preço estabelecido no Contrato de Concessão para o ACR é de R\$83,70 por MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, sendo em 31 de dezembro de 2022, atualizado para R\$134,26 por MWh. O prazo do contrato de concessão é de 35 anos contados a partir da data da assinatura, com extensão, por mais 8,1 meses, decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20, sem previsão de prorrogação na legislação atual.

Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária tem ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da ANEEL.

**1.1.1 Uso do bem público - UB**

Como pagamento pelo UB, objeto do Contrato de Concessão, a Companhia recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e até o 35º ano da concessão, parcelas mensais correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R\$2.789, atualizado em 31 de dezembro de 2022 para R\$4.749, corrigidos anualmente ou com a periodicidade que a legislação permitir, utilizando-se o IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o valor presente total remanescente da obrigação é de R\$58.972 (R\$56.421 em 31 de dezembro de 2021). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

**1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D**

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.
- Base de preparação**

**2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. Essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 20 de janeiro de 2023. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

**2.2 Práticas contábeis**

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

**2.3 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	30.142	23.234
Outros tributos a recolher	7	618	635
Debêntures	15	27.896	37.882
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	70.686	48.861
Uso do bem público	17	4.579	4.324
Provisões	18	18.699	24.007
Outras contas a pagar	11	5.967	7.579
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>158.587</b>	<b>146.522</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos diferidos	8	34	19
Debêntures	15	264.889	273.456
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.549.013	1.510.707
Uso do bem público	17	54.393	52.097
Provisões	18	16.565	24.389
Outras contas a pagar	11	1.605	352
<b>Total do Passivo Não circulante</b>		<b>1.886.499</b>	<b>1.861.020</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	19.1	2.409.974	2.409.974
Prejuízos acumulados		(642.632)	(598.922)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>1.767.342</b>	<b>1.811.052</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>3.812.428</b>	<b>3.818.594</b>

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais)

	Nota	2022	2021
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(66.148)	(120.794)	
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>			
Depreciações e amortizações	114.669	130.253	
Direito de concessão - GSF		(5.819)	
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	194.464	178.268	
Uso do bem público - atualização monetária e AVP	7.034	8.657	
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas	904	(1.422)	
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	2.295	10.710	
Encargos setoriais - provisão e atualização monetária	279	1.655	
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária	(11.692)	(3.143)	
Outros	(1.701)	3.032	
<b>(Aumento) diminuição de ativos operacionais</b>		<b>240.104</b>	<b>201.397</b>
Concessionárias	(4.487)	(4.533)	
Outros tributos compensáveis	(23.659)	(19.107)	
Estoques	(1.158)	(768)	
Cauções e depósitos vinculados	(596)	178	
Outros ativos operacionais	(1.365)	(4.235)	
	<b>(31.265)</b>	<b>(28.465)</b>	
<b>Aumento (diminuição) de passivos operacionais</b>			
Fornecedores	6.908	(4.067)	
Outros tributos a recolher	45.897	41.308	
Provisões	(16.656)	(10.399)	
Uso do bem público	(4.483)	(4.048)	
Outros passivos operacionais	(599)	(1.310)	
	<b>31.067</b>	<b>21.484</b>	
<b>Caixa proveniente das atividades operacionais</b>		<b>239.906</b>	<b>194.416</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos	3.330	3.052	
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>243.236</b>	<b>197.468</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Títulos e valores mobiliários	(50.262)		
Adições ao Imobilizado e Intangível	(22.628)	(18.937)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(72.890)</b>	<b>(18.937)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Cauções	8.189	33.941	
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	3.261		
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	(62.921)	(76.512)	
Pagamentos de encargos de dívidas	(93.227)	(130.488)	
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos	(43)	(112)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	28.1	<b>(144.741)</b>	<b>(173.171)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>25.605</b>	<b>5.360</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		119.396	93.791
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		93.791	88.431
		<b>25.605</b>	<b>5.360</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.409.974</b>	<b>(519.111)</b>	<b>1.890.863</b>
Prejuízo do exercício		(79.811)	(79.811)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.409.974</b>	<b>(598.922)</b>	<b>1.811.052</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>2.409.974</b>	<b>(598.922)</b>	<b>1.811.052</b>
Prejuízo do exercício		(43.710)	(43.710)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>2.409.974</b>	<b>(642.632)</b>	<b>1.767.342</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

#### 2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menor trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 6); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 8); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 12 e 13); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 18.2); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 27.1.4.1).

#### 2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

#### Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

#### Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos



**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**11.3.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D**

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

**12 Imobilizado**

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados. O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, conforme MCPSE (Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico) entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão. No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à UHE passarão a integrar o Patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores, não previstos no projeto original e ainda não amortizados ou depreciados, desde que tenham sido aprovados pelo Poder Concedente e realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido. O valor será apurado mediante auditoria própria do Poder Concedente.

**12.1 Composição do imobilizado**

	31/12/2022				31/12/2021			
	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Geração								
Terrenos	3,19	40.272	(6.435)	33.837	3,19	39.885	(5.053)	34.832
Reservatórios, barragens e adutoras	3,18	1.175.970	(92.753)	1.083.217	3,18	1.164.570	(92.753)	1.071.817
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,22	1.335.403	(109.736)	1.225.667	3,22	1.316.321	(109.736)	1.206.585
Máquinas e equipamentos	3,32	1.322.422	(145.285)	1.177.137	3,32	1.357.614	(158.288)	1.199.326
Veículos	14,29	807	(457)	350	14,29	806	(342)	464
Móveis e utensílios	6,25	1.333	(275)	1.058	6,25	1.391	(226)	1.165
		<b>3.876.207</b>	<b>(347.774)</b>	<b>3.528.433</b>		<b>3.880.587</b>	<b>(459.383)</b>	<b>3.421.204</b>
Sistema de Transmissão e Conexão								
Máquinas e equipamentos	3,18	19.693	(1.271)	18.422	3,18	14.984	(1.271)	13.713
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias		109	(5)	104				
Máquinas e equipamentos	11,66	1.758	(709)	1.049	11,66	1.697	(506)	1.191
Veículos	14,29	1.904	(946)	958	14,29	1.904	(674)	1.230
Móveis e utensílios	6,25	2.342	(418)	1.924	6,25	2.036	(271)	1.765
		<b>6.113</b>	<b>(2.078)</b>	<b>4.035</b>		<b>5.637</b>	<b>(1.451)</b>	<b>4.186</b>
<b>Total do Imobilizado em serviço</b>		<b>3.902.013</b>	<b>(349.045)</b>	<b>3.552.968</b>		<b>3.901.208</b>	<b>(349.045)</b>	<b>3.552.163</b>
<b>Ativos de direito de uso</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	24,90	139	(109)	30	24,90	139	(75)	64
<b>Total Ativos de direito de uso</b>		<b>139</b>	<b>(109)</b>	<b>30</b>		<b>139</b>	<b>(75)</b>	<b>64</b>
<b>Imobilizado em curso</b>								
Geração		26.669		26.669		4.894		4.894
Administração		301		301		235		235
<b>Total do imobilizado em curso</b>		<b>26.970</b>		<b>26.970</b>		<b>5.129</b>		<b>5.129</b>
<b>Total imobilizado</b>		<b>3.929.122</b>	<b>(349.045)</b>	<b>3.580.073</b>		<b>3.906.476</b>	<b>(349.045)</b>	<b>3.557.292</b>

**12.2 Movimentação do imobilizado**

	31/12/2022				31/12/2021			
	Valor líquido em 31/12/2021	Ingressos (Nota 12.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Valor líquido em 31/12/2022	Depreciação	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2021	Valor líquido em 31/12/2022
<b>Imobilizado em serviço</b>								
Terrenos	34.832		387	35.219	(1.382)		33.837	33.837
Reservatórios, barragens e adutoras	933.360		11.400	944.760	(31.923)		912.837	912.837
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.049.568		19.191	1.068.759	(39.413)		1.029.346	1.029.346
Máquinas e equipamentos	1.067.165		(30.422)	1.036.743	(35.216)		1.001.527	1.001.527
Veículos	1.694			1.694	(386)		1.308	1.308
Móveis e utensílios	2.930		248	3.178	(196)		2.982	2.982
<b>Total do imobilizado em serviço</b>	<b>3.089.549</b>		<b>804</b>	<b>3.090.353</b>	<b>(108.516)</b>		<b>2.981.837</b>	<b>2.981.837</b>
<b>Ativos de direito de uso</b>								
Edificações, obras civis e benfeitorias	64			64	(34)		30	30
<b>Total Ativos de direito de uso</b>	<b>64</b>			<b>64</b>	<b>(34)</b>		<b>30</b>	<b>30</b>

**15 Debêntures**

**15.1 Composição do saldo de Debêntures**

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2022				31/12/2021				
										Encargos	Principal	Não Circulante	Total	Encargos	Principal	Não Circulante	Total	
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	340.000	1 340.000	4ª emissão em 15/08/2018	15/08/2018 a 15/06/2033	Investimento / Gastos na UHE São Manoel	IPCA + 7,3129%		Principal e juros semestrais	Garantias	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Circulante	Não Circulante	Total
										2.697	27.167	275.112	304.976	2.941	37.085	285.648	325.674	
(-) Custos de emissão			(23.191)		15/08/2018 a 15/06/2033				Amortização mensal			(1.968)	(10.223)	(12.191)	(2.144)	(12.192)	(14.336)	
<b>Total</b>										<b>2.697</b>	<b>25.199</b>	<b>264.889</b>	<b>292.785</b>	<b>2.941</b>	<b>34.941</b>	<b>273.456</b>	<b>311.338</b>	

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima em 31 de dezembro de 2022 é de R\$304.976 (R\$325.674 em 31 de dezembro de 2021).

**15.2 Movimentação das debêntures**

	31/12/2022		31/12/2021		Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Transferência			
<b>Circulante</b>							
Principal	37.085	(38.887)		10.536		18.433	27.167
Juros	2.941	(23.294)	23.050				2.697
Custo de transação	(2.144)			(1.969)	2.145	18.433	(1.968)
	<b>37.882</b>	<b>(62.181)</b>	<b>23.050</b>	<b>8.567</b>	<b>2.145</b>	<b>18.433</b>	<b>27.896</b>
<b>Não circulante</b>							
Principal	285.648			(10.536)			275.112
Custo de transação	(12.192)			1.969			(10.223)
	<b>273.456</b>			<b>(8.567)</b>			<b>264.889</b>

**15.3 Vencimento das parcelas**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Encargos	Principal	Encargos	Principal
<b>Circulante</b>				
2023		27.896		27.896
<b>Não circulante</b>				
2024		16.285		16.285
2025		20.616		20.616
2026		25.986		25.986
2027 até 2031		113.474		113.474
2032 até 2036		88.528		88.528
<b>Total</b>		<b>264.889</b>		<b>292.785</b>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Dissolução, liquidação ou extinção da Emissora e/ou de cada uma das Fiaadoras;

**16 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

**16.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	31/12/2022				31/12/2021			
	Encargos	Principal	Não Circulante	Total	Encargos	Principal	Não Circulante	Total
<b>Moeda nacional</b>								
BNDSE FINEM	1.314.000	11/8/2016	1.319.951	15/12/2038	1.319.951	11/8/2016	1.319.951	15/12/2038
(-) BNDSE FINEM - Custos de Transação		(28.136)		11/08/2016 a 15/12/2038				
<b>Total</b>								
	<b>8.384</b>	<b>62.302</b>	<b>1.549.013</b>	<b>1.619.699</b>	<b>7.710</b>	<b>41.151</b>	<b>1.510.707</b>	<b>1.559.568</b>

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos de empréstimos e financiamentos.

Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.

O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima em 31 de dezembro de 2022 é de R\$1.635.009 (R\$1.576.836 em 31 de dezembro de 2021).



**NOTAS EXPLICATIVAS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**16.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas**

	Valor líquido em 31/12/2021		Juros		Amortização do custo de transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
	Ingressos	Pagamentos	provisionados	integralizados			
<b>Circulante</b>							
Principal	43.108	(24.033)			44.770	298	64.143
Juros	7.710	(69.934)	138.449	(67.841)			8.384
Custo de transação	(1.957)			(1.842)	1.958		(1.841)
	<b>48.861</b>	<b>(93.967)</b>	<b>138.449</b>	<b>(67.841)</b>	<b>42.928</b>	<b>1.958</b>	<b>70.686</b>
<b>Não circulante</b>							
Principal	1.526.018	3.261			67.841 (44.770)	10.132	1.562.482
Custo de transação	(15.311)				1.842		(13.469)
	<b>1.510.707</b>	<b>3.261</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>67.841 (42.928)</b>	<b>-</b>	<b>1.549.013</b>

**16.3 Vencimento das parcelas**

	Vencimento	
<b>Circulante</b>		
2023		70.686
		<b>70.686</b>
<b>Não Circulante</b>		
2024		57.669
2025		62.400
2026 até 2030		387.442
2031 até 2035		580.510
2036 até 2040		460.992
		<b>1.549.013</b>
<b>Total</b>		<b>1.619.699</b>

**17 Uso do bem público - UBP**

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 13) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja em 14 de agosto de 2014, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Ajuste a Valor Presente		Encargos e atualizações monetárias			Saldo em 31/12/2022
		Presente	monetárias	Pagamentos	Transferências	monetárias	
<b>Circulante</b>							
Uso do bem público	4.324	(9)	51	(4.483)	4.696		4.579
	<b>4.324</b>	<b>(9)</b>	<b>51</b>	<b>(4.483)</b>	<b>4.696</b>		<b>4.579</b>
<b>Não circulante</b>							
Uso do bem público	52.097	(18)	7.010		(4.696)		54.393
	<b>52.097</b>	<b>(18)</b>	<b>7.010</b>	<b>-</b>	<b>(4.696)</b>		<b>54.393</b>

**18 Provisões**

	Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas		18.1		4.281
Licenças ambientais		18.2	18.699	24.007
<b>Total</b>		<b>18.699</b>	<b>24.007</b>	<b>16.565</b>

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas.

**18.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

**18.1.1 Risco de perda provável**

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Nota	Passivo			
		Saldo em 31/12/2021	Depósito Judicial	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2022
Trabalhistas	18.1.1.1	2.714	142	586	3.442
Outros		663	167	(6)	839
<b>Total Não circulante</b>		<b>3.377</b>	<b>309</b>	<b>(6)</b>	<b>4.281</b>

**18.1.1.1 Trabalhistas**

Referem-se a diversas ações que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, equiparação salarial e indenização por danos morais decorrentes de doenças/acidentes de trabalho de responsabilidade subsidiária envolvendo empresas prestadoras de serviços de construção da usina.

**18.1.2 Risco de perda possível**

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Nota	Ativo			
		Saldo em 31/12/2022	31/12/2021	Depósito Judicial	Saldo em 31/12/2021
Trabalhistas	18.1.2.1	6.299	5.479		
Cíveis	18.1.2.2	5.247	1.679		4
Fiscais	18.1.2.3	11.555	44.321	2.741	2.501
<b>Total</b>		<b>23.101</b>	<b>51.479</b>	<b>2.745</b>	<b>2.501</b>

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia é de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022 (R\$7.366 em 31 de dezembro de 2021).

Adicionalmente aos processos mencionados acima, a Companhia é parte em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal - MPF, sob a alegação de supostas irregularidades no licenciamento ambiental para a construção da UHE São Manoel, quanto ao não cumprimento das condicionantes relativas ao componente indígena.

Na ação, o MPF requer em sede de liminar a suspensão do licenciamento. Em virtude da complexidade do pedido, não é possível estimar o valor econômico envolvido, pois os reflexos de eventual suspensão do licenciamento vão variar de acordo com o valor do investimento já realizado pela Companhia para a construção do empreendimento. Apesar dos argumentos sólidos da defesa, a Companhia e seus assessores jurídicos classificam a ação com risco possível em virtude da tendência protetiva da matéria ambiental. Atualmente a ação aguarda julgamento do recurso interposto pelo MPF.

**18.1.2.1 Trabalhistas**

Das ações mencionadas na nota 18.1.1.1, parte refere-se a ações cuja probabilidade de perda é possível.

**18.1.2.2 Cível**

Em 2022 tivemos dois processos que questionam indenizações pleiteadas sob a alegação de não recebimento de saldo residual de desapropriação. Em dezembro de 2022 o valor estimado desses processos totalizam R\$ 3.915.

**18.1.2.3 Fiscais**

• Mandado de Segurança, executado pela Companhia em face do Estado do Pará, para discutir a constitucionalidade do diferencial de alíquota de ICMS que deveria estar previsto por Lei Complementar, bem como, a forma de cálculo prevista na lei estadual nº 8.315/15, em 30 de junho de 2020, em consideração a decisão desfavorável em 2ª instância a Companhia incluiu esse processo no grupo de risco de perda possível o valor envolvido em 30 de setembro de 2022 é de R\$28.521 (R\$26.687 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda juízo de retratação para adequação conforme decisão do STF (Superior Tribunal Federal).

• Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R\$8.024 em 31 de dezembro de 2022. A Companhia aguarda o julgamento.

• Discussão administrativa decorrente de Auto de infração, lavrado pelo Estado do Pará, objetivando a cobrança do diferencial de alíquota, relativo ao período compreendido entre março e agosto de 2016, o montante envolvido em 31 de dezembro de 2022 é de R\$7.746 (R\$7.040 em 31 de dezembro de 2021). A Companhia obteve decisão judicial favorável, resultando na alteração do prognóstico de risco para perda remota. O processo aguarda julgamento e adequação do tema, conforme decisão do STF (Supremo Tribunal Federal).

**18.1.3 Risco de perda remota**

Existem processos de natureza cível em andamento cuja perda foi estimada como remota e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2022 é de R\$810 (R\$143 em 31 de dezembro de 2021).

**18.2 Licenças ambientais**

O montante Circulante e Não circulante de R\$30.983 (R\$45.019 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévia, de instalação e de operação da UHE São Manoel, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Em 9 de setembro de 2017 foi emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA a Licença de Operação - LO nº 1.404/2017, que autoriza a Companhia a operar a UHE São Manoel. A LO é válida pelo período de 4 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 8 de setembro de 2021. A Companhia providenciou processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado e, atualmente, aguarda manifestação do IBAMA, portanto, até esta manifestação, a LO é considerada válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto, a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 4 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e serão depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e será amortizada pelo prazo que representa a vigência da licença. A Companhia realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando a taxa de 7% a.a., que representava a taxa de captação de recursos para o início da construção do empreendimento na data do reconhecimento, compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Após a renovação da referida licença, a Administração da Companhia efetuou análises considerando o histórico de gastos ambientais, bem como as respectivas provisões e entendeu que não se faz necessária atualização da inflação e, portanto, a atualização monetária cessou no período.

Os custos provisionados estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O total provisionado está representado pelos valores do meio físico e socioambiental destacando os montantes de R\$7.888 decorrentes da implantação do PBA, R\$5.951 relacionados às obras sociais e de infraestrutura, e R\$2.817 relacionados ao programa de gerenciamento ambiental.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Realizações	Transferências	AVP	Saldo em 31/12/2022
<b>Licenças ambientais</b>						
Circulante	24.007	325	(16.656)	10.579	444	18.699
Não circulante	21.012			(10.579)	1.851	12.284
<b>Total</b>	<b>45.019</b>	<b>325</b>	<b>(16.656)</b>	<b>-</b>	<b>2.295</b>	<b>30.983</b>

**19 Patrimônio líquido**

**19.1 Capital social**

O Capital social parcialmente integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.409.974 (R\$2.409.974 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 2.409.975.002 (2.409.975.002 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 é de R\$2.409.975 (R\$2.409.975 em 31 de dezembro de 2021), sendo o valor a integralizar, em ambos os exercício, de R\$1.

A composição do capital social em 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

Acionista	Percentual de participação	Ações ordinárias
EDP - Energias do Brasil S.A.	33,334%	803.341.068
China Three Gorges Brasil Energias Ltda.	33,333%	803.316.967
Furnas Centrais Elétricas S.A.	33,333%	803.316.967
<b>Total</b>	<b>100,000%</b>	<b>2.409.975.002</b>

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$2.410.342. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

**20 Receita**

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, elas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

	Nota	MWh		R\$	
		2022	2021	2022	2021
Suprimento de energia elétrica	20.1	3.324.421	3.324.421	471.877	427.744
Energia de curto prazo	20.2	105.894	14.528	16.538	12.083
<b>Receita operacional bruta</b>		<b>3.430.315</b>	<b>3.338.949</b>	<b>488.415</b>	<b>439.827</b>
PIS/COFINS				(44.524)	(40.684)
				<b>(44.524)</b>	<b>(40.684)</b>
Encargos do consumidor					
P&D	11.3.1			(4.154)	(3.721)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	11.3			(19.180)	(18.059)
Taxa de fiscalização	11.3			(2.392)	(2.311)
				<b>(25.726)</b>	<b>(24.091)</b>
				<b>(70.250)</b>	<b>(64.775)</b>
<b>Receitas</b>		<b>3.430.315</b>	<b>3.338.949</b>	<b>418.165</b>	<b>375.052</b>

**20.1 Suprimento de energia elétrica**

A variação é decorrente do aumento do preço médio devido ao reajuste dos contratos, tendo como consequência, um aumento do valor financeiro.

**20.2 Energia de curto prazo**

A variação no exercício refere-se, principalmente, às sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2022 quando comparada ao exercício de 2021.

**21 Gastos operacionais**

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração e outros serviços.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Nota	2022				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	66.611				66.611
Encargos de uso da rede elétrica		92.171				92.171
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	22		8.813		693	9.506
Material			2.120		85	2.205
Serviços de terceiros	23		12.576		1.358	13.934
Depreciação - Imobilizado em serviço			108.399		23	108.422
Depreciação - Ativos de direito de uso					20	20
Amortização			6.119			6.119
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1				303	303
Arrendamentos e aluguéis			4			4
Outras		1.785	4.416		1.672	7.873
<b>Total</b>		<b>160.567</b>	<b>142.447</b>	<b>3.851</b>	<b>303</b>	<b>307.168</b>

	Nota	2021				
		Custo do serviço		Despesas operacionais		
		Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	21.1	70.934				70.934
Encargos de uso da rede elétrica		81.590				81.590
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	23.1	(5.819)				(5.819)
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada			7.862		1.872	9.734
Material						

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

**24 Resultado financeiro**

	Nota	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>			
Renda de aplicações financeiras e cauções	4	26.936	7.792
Energia vendida		1.133	1.399
Juros e multa sobre tributos	7	1.721	2.551
Outros juros e variações monetárias		315	90
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.413)	(577)
Outras receitas financeiras		116	545
		<b>28.808</b>	<b>11.800</b>
<b>Despesas financeiras</b>			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	16.2 e 24.1	(150.837)	(118.633)
Debêntures	15.2	(43.628)	(59.635)
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	18.1.1	(601)	522
Uso do bem público		(7.034)	(8.657)
Outros juros e variações monetárias	24.2	(2.299)	(10.753)
Outras despesas financeiras		(1.554)	(808)
		<b>(205.953)</b>	<b>(197.964)</b>
		<b>(177.145)</b>	<b>(186.164)</b>

**24.1 Standstill - Financiamento BNDES**

Conforme mencionado na nota 3.1, o *standstill* obtido pela Companhia reflete a não amortização do principal pelo referido período e a capitalização destes juros ao montante total da dívida, gerando assim o recálculo das parcelas futuras com reclassificação de parte da dívida do curto prazo para longo prazo. Em 31 de dezembro de 2022, o valor de juros suspensos foi de R\$67.841.

**24.2 Outros juros e variações monetárias**

A variação na rubrica do Outros juros e variações refere-se principalmente ao indexador IPCA nas licenças ambientais, que foi corrigido por 9,52% em 2021, e para o exercício de 2022 não houve atualização.

**25 Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	2022	2021
Prejuízo antes dos tributos sobre o Lucro	(66.148)	(120.794)
Alíquota	34%	34%
IRPJ e CSLL	<b>22.490</b>	<b>41.070</b>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes		
Doações	(52)	(90)
Outras		3
Resultado de IRPJ e CSLL	<b>22.438</b>	<b>40.983</b>
Alíquota efetiva	<b>34%</b>	<b>34%</b>

**26 Resultado por ação**

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluído sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2022	2021
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	(43.710)	(79.811)
Média ponderada do número de ações ordinárias (mil)	2.409.975	2.409.975
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	<b>(0,01814)</b>	<b>(0,03312)</b>

**27 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

**27.1 Instrumentos financeiros**

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

**27.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros**

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

	Nota	Níveis	Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Ativos Financeiros</b>						
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
<b>No reconhecimento inicial ou subsequentemente</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	117.738	92.141	117.738	92.141
			<b>117.738</b>	<b>92.141</b>	<b>117.738</b>	<b>92.141</b>
<b>Custo amortizado</b>						
Caixa e equivalentes de caixa						
Bancos conta movimento	4	Nível 2	1.658	1.650	1.658	1.650
Títulos e valores mobiliários	5	Nível 2	50.262		50.262	
Concessionárias	6	Nível 2	52.429	47.942	52.429	47.942
Cauções	9	Nível 2	116.983	113.795	116.983	113.795
			<b>221.332</b>	<b>163.387</b>	<b>221.332</b>	<b>163.387</b>
			<b>339.070</b>	<b>255.528</b>	<b>339.070</b>	<b>255.528</b>
<b>Passivos Financeiros</b>						
<b>Custo amortizado</b>						
Fornecedores	14	Nível 2	30.142	23.234	30.142	23.234
Debêntures	15	Nível 2	281.816	320.893	292.785	311.338
Uso do bem público	17	Nível 2	57.926	59.116	58.972	56.421
Empréstimos e financiamentos	16					
Moeda nacional		Nível 2	1.621.242	1.559.568	1.619.699	1.559.568
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	10	Nível 2	103	317	103	317
Arrendamentos e aluguéis		Nível 2		76		75
Licenças ambientais	18.2	Nível 2	30.930	44.852	30.983	45.019
			<b>2.022.159</b>	<b>2.008.056</b>	<b>2.032.721</b>	<b>1.995.972</b>

**27.1.2 Ativos financeiros**

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

**• Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

**• Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

**27.1.3 Passivos financeiros**

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

**27.1.4 Valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 16), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado das debêntures, uso do bem público, arrendamentos e aluguéis e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) descontado a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IPCA incorrido até a data do balanço. O valor justo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa a taxa atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito;

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por meio da taxa que representa o custo atual de financiamento do empreendimento, incluindo o risco de crédito.

**27.1.4.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros**

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

**27.2 Gestão de riscos**

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

**27.2.1 Risco de mercado**

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos captados pela Companhia, apresentados nas notas 15 e 16, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atrelados ao risco de mercado associados a CDI, TJLP e IPCA.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

**27.2.1.1 Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Operação	Risco	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)		
		Saldo da exposição	2 a Acima de							
Aplicação financeira - CDB	CDI	117.738	10.640		10.640	2.614	5.210	(2.631)	(5.281)	
Cauções e depósitos vinculados	CDI	116.983	7.516	36.797	206.661	250.974	131.494	312.629	(95.365)	(164.497)
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>CDI</b>	<b>234.721</b>	<b>18.156</b>	<b>36.797</b>	<b>206.661</b>	<b>261.614</b>	<b>134.108</b>	<b>317.839</b>	<b>(97.996)</b>	<b>(169.778)</b>
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	1.635.009	(154.506)	(499.611)	(690.858)	(1.344.975)	(217.306)	(431.793)	220.204	443.388
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>TJLP</b>	<b>1.635.009</b>	<b>(154.506)</b>	<b>(499.611)</b>	<b>(690.858)</b>	<b>(1.344.975)</b>	<b>(217.306)</b>	<b>(431.793)</b>	<b>220.204</b>	<b>443.388</b>
Títulos e valores mobiliários	IPCA	(50.262)	1.818		1.818	218	438	(218)	(434)	
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>IPCA</b>	<b>(50.262)</b>	<b>1.818</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.818</b>	<b>218</b>	<b>438</b>	<b>(218)</b>	<b>(434)</b>
Debêntures	IPCA	304.976	(29.818)	(90.214)	(58.577)	(178.609)	(22.576)	(46.708)	21.131	40.921
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>IPCA</b>	<b>304.976</b>	<b>(29.818)</b>	<b>(90.214)</b>	<b>(58.577)</b>	<b>(178.609)</b>	<b>(22.576)</b>	<b>(46.708)</b>	<b>21.131</b>	<b>40.921</b>
		<b>254.714</b>	<b>(28.000)</b>	<b>(90.214)</b>	<b>(58.577)</b>	<b>(176.791)</b>	<b>(22.358)</b>	<b>(46.270)</b>	<b>20.913</b>	<b>40.487</b>

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 7,6% e 13,8% a.a.; TJLP entre 5,7% e 7,4% a.a.; e IPCA entre 3,8% e 8,6% a.a.

**27.2.2 Risco de liquidez**

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 15 e 16.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) e Concessionárias (Nota 6). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos. Os riscos de liquidez atribuídos às rubricas de Debêntures e Empréstimos e financiamentos referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 29.1.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	31/12/2022					31/12/2021	
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Total
Fornecedores	27.936	2.194		12		30.142	23.234
Debêntures				27.896	64.386	200.503	292.785
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15.671	47.013	8.002	173.376	1.375.637	1.619.699	1.559.568
Uso do bem público		371	1.219	2.989	24.172	30.221	58.972
Arrendamentos e aluguéis		2	7	17	11		37
Licenças Ambientais	1.916	6.892	9.891	12.284		30.983	45.019
Outras contas a pagar - Partes relacionadas					103		103
	<b>45.896</b>	<b>57.325</b>	<b>48.807</b>	<b>274.332</b>	<b>1</b>		

**NOTAS EXPLICATIVAS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2022	31/12/2021
Total dos empréstimos e debêntures	1.912.484	1.870.906
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(119.396)	(93.791)
(-) Títulos e valores mobiliários	(50.262)	-
(-) Cauções	(116.983)	(113.795)
Dívida líquida	<b>1.625.843</b>	<b>1.663.320</b>
Total do Patrimônio Líquido	1.767.342	1.811.052
Total do capital	<b>3.393.185</b>	<b>3.474.372</b>
<b>Índice de alavancagem financeira - %</b>	<b>47,91%</b>	<b>47,87%</b>

**28 Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

**28.1 Atividades de financiamento**

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o prejuízo:

	Nota	2022				
		Saldo em 31/12/2021	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições/ Baixas
<b>Efeito não caixa</b>						
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções e depósitos vinculados	9	113.795	(8.189)	11.377	-	116.983
		<b>113.795</b>	<b>(8.189)</b>	<b>11.377</b>	-	<b>116.983</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>						
Debêntures	15	311.338	(62.181)	18.433	25.195	292.785
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	16	1.559.568	(90.706)	10.430	140.407	1.619.699
Arrendamentos e alugueis		75	(43)	-	5	37
		<b>1.870.981</b>	<b>(152.930)</b>	<b>28.863</b>	<b>5</b>	<b>165.602</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.757.186</b>	<b>(144.741)</b>	<b>17.486</b>	<b>5</b>	<b>165.602</b>

	Nota	2021				
		Saldo em 31/12/2020	Efeito caixa	Varição monetária e cambial	Ajuste a valor de mercado/ presente	Adições
<b>Efeito não caixa</b>						
<b>(Aumento) diminuição de ativos de financiamento</b>						
Cauções e depósitos vinculados		144.683	(33.941)	3.053	-	113.795
		<b>144.683</b>	<b>(33.941)</b>	<b>3.053</b>	-	<b>113.795</b>
<b>Aumento (diminuição) de passivos de financiamento</b>						
Debêntures		311.212	(59.509)	33.142	26.493	311.338
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas		1.588.426	(147.491)	-	118.633	1.559.568
Arrendamentos e alugueis		224	(112)	-	21	75
		<b>1.899.862</b>	<b>(207.112)</b>	<b>33.142</b>	<b>21</b>	<b>145.068</b>
<b>Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)</b>		<b>1.755.179</b>	<b>(173.171)</b>	<b>30.089</b>	<b>21</b>	<b>145.068</b>

**28.2 Transações não envolvendo caixa**

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2022	2021
Reversão da capitalização no Imobilizado relativo à contingências	-	5.126
Provisão para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	325	15.348
Constituição do Uso do bem público no intangível	-	158
Constituição de arrendamentos e alugueis no Imobilizado	-	10
<b>Total</b>	<b>325</b>	<b>20.642</b>

**29 Compromissos contratuais e Garantias**

**29.1 Compromissos contratuais**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	34.515
Encargos de conexão e Transporte de Energia	-	-	-	-	-	88
Materiais e serviços	51.133	37.506	1.273	665	90.577	32.083
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	184.324	283.324	216.920	428.792	1.113.360	1.100.522
	<b>235.457</b>	<b>320.830</b>	<b>218.193</b>	<b>429.457</b>	<b>1.203.937</b>	<b>1.167.208</b>

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2022, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2022					31/12/2021
	2023	2024 e 2025	2026 e 2027	A partir de 2028	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	-	-	-	-	-	32.883
Encargos de conexão e Transporte de Energia	-	-	-	-	-	86
Materiais e serviços	49.366	39.191	1.544	1.057	91.158	32.831
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	183.801	352.954	316.643	855.065	1.708.463	1.736.501
	<b>233.167</b>	<b>392.145</b>	<b>318.187</b>	<b>856.122</b>	<b>1.799.621</b>	<b>1.802.301</b>

**29.2 Garantias**

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta a garantia do tipo Executante Construtor na modalidade Seguro Garantia, no montante de R\$823 (R\$823 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 15), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 16) e Provisões (Nota 18.1.2), estão demonstrados em suas respectivas notas.

**30 Cobertura de seguros**

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	36.516	-	36.516	-
Usinas	3.057.360	1.000.000	3.057.360	1.036.516
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)	1.200	-	1.200	-
Linhas de Transmissão	67.091	-	67.091	67.091
Responsabilidade civil	-	55.000	-	55.000
Transportes (veículos)	-	360	360	360
Seguro de vida	-	(*)	6.443	(*)

(\*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$ 1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, cujo os limites são apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$20.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$15.000; e
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$20.000.

Adicionalmente, a Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil com riscos cibernéticos, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cuja a cobertura é de até R\$5.327.

**31 Eventos subsequentes**

**31.1 Definição STF sobre os limites da coisa julgada**

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal concluiu pela possibilidade de interrupção automática dos efeitos de decisão transitada em julgado favorável ao contribuinte, na hipótese em que a Suprema Corte decidir em sentido contrário pela via do controle concentrado de constitucionalidade ou em repercussão geral, em relações jurídicas tributárias de trato sucessivo, cuja decisão ainda pode ser objeto de recurso.

A Companhia não possui discussão sobre a constitucionalidade da CSLL, além de não ter sido identificadas em análise preliminar eventuais outras decisões transitadas em julgado que foram objeto de modificação de entendimento pelo STF. Ainda, a Administração da Companhia segue avaliando eventuais demais consequências desse julgamento.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Conselheiro		<b>Sidnel Bispo</b> Conselheiro		<b>Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire</b> Presidente		<b>José Alves de Mello Franco</b> Conselheiro		<b>Pedro Eduardo Fernandes Brito</b> Conselheiro	
<b>Maria Clara Fonseca de Oliveira Lima Maia e Castro</b> Conselheira		<b>Liyl Zhang</b> Conselheiro		<b>Evandro Leite Vasconcelos</b> Conselheiro		<b>Silvio Alexandre Scucuglia da Silva</b> Conselheiro			

**CONSELHO FISCAL**

<b>Felipe Ha Jong Kim</b> Conselheiro		<b>Rodrigo Teixeira Egreja</b> Conselheiro		<b>Luiz Eduardo Marques Moreira</b> Conselheiro	
--	--	---	--	--	--

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Luiz Otavio Assis Henriques</b> Diretor-Presidente		<b>Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca</b> Diretor		<b>Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho</b> Diretor	
--	--	--	--	---	--

**CONTABILIDADE**

<b>Leandro Carron Rigamonte</b> Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos (Corporativo)		<b>Renan Silva Sobral</b> Gestor Executivo de Contabilidade e Custos Contador - CRC 1SP271964/O-6 "S" RJ	
---	--	--	--

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Considerando as explanações realizadas, os membros do Conselho Fiscal examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, e no pressuposto de que não ocorrerão modificações pela Administração e que o Relatório dos Auditores Independentes KPMG Auditores Independentes definitivo será emitido na forma como apresentado nesta data, emitiram parecer favorável tendo em vista, que as peças retratam adequadamente a situação econômico-financeira da Companhia e, assim, consideram que tais peças podem ser submetidas aos Senhores Acionistas para aprovação em Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023.

**FELIPE HA JONG KIM**  
Conselheiro

**RODRIGO TEIXEIRA EGREJA**  
Conselheiro

**LUIZ EDUARDO MARQUES MOREIRA**  
Conselheiro

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e Administradores da

**Empresa de Energia São Manoel S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia São Manoel S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Empresa de Energia São Manoel S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Valor recuperável ("Impairment") dos ativos não financeiros (Consulte as notas explicativas 2.6.1, 12 e 13 às demonstrações financeiras)**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta nas rubricas de imobilizado e intangível os montantes de R\$ 3.008.837 mil e R\$ 65.931 mil, respectivamente. A Companhia avalia a recuperação do valor contábil da sua unidade geradora de caixa ("UGC"), com base em seu valor em uso utilizando-se do método de fluxo de caixa descontado, considerando determinadas premissas, tais como taxa de desconto, projeção de receita e custos e fatores externos.

Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria devido ao grau de julgamento envolvido e ao impacto que eventuais alterações nas premissas de taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos poderia ter no valor desses ativos nas demonstrações financeiras.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados à avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves relacionados à elaboração das projeções do fluxo de caixa preparadas pela Companhia e aprovadas pela diretoria. Com o objetivo de avaliar se existiam indicadores internos ou externos que poderiam indicar fatores de desvalorização dos ativos da Companhia, efetuamos a comparação da razoabilidade das principais premissas do fluxo de caixa projetadas neste exercício pela Companhia, tais como: taxa de desconto, expectativa de receita e custos e fatores externos usadas pela Companhia bem como a modelagem para fins de apuração do fluxo de caixa descontado, com as premissas do fluxo de caixa projetadas no ano anterior pela Companhia. Além disso, realizamos discussões com a administração e comparamos com as informações históricas. Avaliamos também as divulgações da Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos não financeiros, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

**Valor recuperável dos ativos fiscais diferidos (Consulte a nota explicativa 8 às demonstrações financeiras)**

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 apresenta créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 330.688 mil, cuja realização está suportada por estimativas de lucros tributáveis futuros, preparadas pela Companhia com base em seu julgamento e suportadas em seu plano de negócios. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas, tais como, projeção de receitas, custos e resultado financeiro, para as projeções dos lucros tributáveis futuros, que são a base para reconhecimento do valor recuperável dos ativos fiscais diferidos e, pelo fato que eventuais mudança nas metodologias e nas premissas utilizadas podem impactar de forma relevante o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

**Como nossa auditoria conduziu esse assunto**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de lucros tributáveis futuros, bem como efetuamos a comparação da razoabilidade dos dados e das premissas utilizadas nas projeções neste exercício, tais como, projeção de receitas e custos nas projeções de lucros tributáveis futuros, bem como o crescimento econômico projetado, volume e preço de venda de energia com as premissas projetadas no ano anterior pela Companhia. Com o auxílio dos nossos especialistas da área tributária, avaliamos as bases de apuração nas quais são aplicadas as alíquotas vigentes dos tributos. Também avaliamos as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o valor recuperável dos ativos fiscais diferidos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, tomadas em conjunto.

**Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da

Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não ser requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
  - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
  - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
  - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
  - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023

